



Presidência do Conselho de Ministros
Secretaria-Geral



DESTAQUES DE LEGISLAÇÃO E REGULAMENTAÇÃO

- Atos publicados na I e II Série –

NEWSLETTER DIGESTO Nº 01/2014

Disponibilização: 13 de janeiro de 2014

Período abrangido: 30 de dezembro de 2013 a 10 de janeiro de 2014

ÍNDICE TEMÁTICO

- 1. ADMINISTRAÇÃO INTERNA**
- 2. ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**
- 3. AGRICULTURA, CAÇA E PESCAS**
 - **AGRICULTURA/AGRO-PECUÁRIA**
 - **PESCAS**
 - **VITIVINICULTURA**
- 4. AMBIENTE**
- 5. ASSUNTOS EUROPEUS**
- 6. EDUCAÇÃO**
- 7. EMPREGO**
- 8. ENERGIA**
- 9. FINANÇAS**
 - **CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS**
- 10. GOVERNO**
- 11. IGUALDADE DE GÉNERO**
- 12. INCENTIVOS AO INVESTIMENTO**
- 13. INDÚSTRIA**
- 14. PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA**
- 15. REGIÕES AUTÓNOMAS**
 - **MADEIRA**
- 16. SAÚDE**
- 17. SEGURANÇA SOCIAL**
- 18. TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES**
 - **SEGURANÇA RODOVIÁRIA**
 - **COMUNICAÇÕES**



1. ADMINISTRAÇÃO INTERNA

Decreto-Lei n.º 2/2014 de 09 de janeiro

(Ministério da Administração Interna)

Procede à quinta alteração ao Decreto-Lei n.º 290-A/2001, de 17 de novembro, que aprova o regime de exercício de funções e o estatuto do pessoal do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, modificando o regime de admissão ao estágio para provimento nas categorias de inspetor e inspetor-adjunto

2. ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Decreto-Lei n.º 1/2014 de 09 de janeiro

(Ministério da Defesa Nacional)

Procede à transição para as carreiras gerais dos trabalhadores que exercem funções nos estabelecimentos fabris do Exército, extingue carreiras e categorias destes estabelecimentos e identifica as carreiras e categorias que subsistem por impossibilidade de transição dos trabalhadores para as carreiras gerais

3. AGRICULTURA, CAÇA E PESCAS

- **AGRICULTURA/AGRO-PECUÁRIA**

Resolução do Conselho de Ministros n.º 96/2013, de 30 de dezembro

(Presidência do Conselho de Ministros)

Estabelece o procedimento de identificação e de disponibilização de prédios do domínio privado do Estado e dos institutos públicos na bolsa de terras a que se refere o n.º 2 do artigo 6.º da Lei n.º 62/2012, de 10 de dezembro

- **PESCAS**

Portaria n.º 377/2013 de 30 de dezembro

(Ministério da Agricultura e do Mar)

Altera o Regulamento do Regime de Apoio às Ações Coletivas Relativas à Melhoria das Condições de Segurança a Bordo das Embarcações de Pesca, aprovado pela Portaria n.º 219/2012, de 19 de julho

Portaria n.º 378/2013 de 31 de dezembro

(Ministério da Agricultura e do Mar)

Quarta alteração ao Regulamento do Regime de Apoio aos Investimentos em Portos de Pesca, Locais de Desembarque e de Abrigo, aprovado pela Portaria n.º 719-A/2008, de 31 de julho



Portaria n.º 378-F/2013 de 31 de dezembro

(Ministério da Agricultura e do Mar)

Estabelece as condições aplicáveis à isenção da obrigatoriedade da utilização de um sistema de localização de navios por satélite e de registo e transmissão por meios eletrónicos da atividade de pesca, pelas embarcações de pesca nacionais com comprimento de fora a fora igual ou superior a 12 metros e inferior a 15 metros

- **VITIVINICULTURA**

Resolução do Conselho de Ministros n.º 4/2014 de 10 de janeiro

(Presidência do Conselho de Ministros)

Determina que a missão de proteger, conservar, valorizar divulgar e promover a «Paisagem Cultural Evolutiva e Viva do Alto Douro Vinhateiro» passa a ser prosseguida pela Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte

4. AMBIENTE

Portaria n.º 3-A/2014 de 07 de janeiro

(Ministérios das Finanças e do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia)

Estabelece os procedimentos de repartição das receitas geradas pelos leilões de licenças de emissão de gases com efeito de estufa, incluindo o plano anual de utilização das receitas e o modo de articulação do Fundo Português de Carbono com outros organismos na alocação e utilização dessas receitas, bem como os montantes a deduzir à tarifa de uso global do Sistema Elétrico Nacional

5. ASSUNTOS EUROPEUS

Lei Orgânica n.º 1/2014 de 09 de janeiro

(Assembleia da República)

Procede à quinta alteração à Lei n.º 14/87, de 29 de abril, que aprova a Lei Eleitoral para o Parlamento Europeu, transpondo a Diretiva n.º 2013/1/UE, do Conselho, de 20 de dezembro de 2012, que altera a Diretiva n.º 93/109/CE, do Conselho, de 6 de dezembro de 1993, no que se refere a alguns aspetos do sistema de elegibilidade nas eleições para o Parlamento Europeu dos cidadãos da União residentes num Estado membro de que não tenham a nacionalidade

6. EDUCAÇÃO

Portaria n.º 943-A/2013 de 31 de dezembro

(Ministérios das Finanças e da Educação e Ciência)



Digesto

Autoriza a Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares a assumir os compromissos plurianuais celebrados com escolas profissionais privadas - ciclo de formação 2013/2016

Despacho n.º 110-A/2014 de 03 de janeiro

(Ministério da Educação e Ciência)

Homologa as Metas Curriculares das disciplinas de Geografia, História e Ciências Naturais do 9º ano de escolaridade (3º Ciclo)

Portaria n.º 19-A/2014 de 09 de janeiro

(Ministérios das Finanças e da Educação e Ciência)

Autoriza a Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares a assumir os compromissos plurianuais no âmbito do contrato de cooperação, referente ao ano letivo 2013-2014, a celebrar com a CERCITEJO

7. EMPREGO

Portaria n.º 378-H/2013 de 31 de dezembro

(Ministério da Solidariedade, Emprego e Segurança Social)

Terceira alteração à Portaria n.º 128/2009, de 30 de janeiro, que regula as medidas «Contrato emprego-inserção» e «Contrato emprego-inserção+»

8. ENERGIA

Portaria n.º 3-A/2014 de 07 de janeiro

(Ministérios das Finanças e do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia)

Estabelece os procedimentos de repartição das receitas geradas pelos leilões de licenças de emissão de gases com efeito de estufa, incluindo o plano anual de utilização das receitas e o modo de articulação do Fundo Português de Carbono com outros organismos na alocação e utilização dessas receitas, bem como os montantes a deduzir à tarifa de uso global do Sistema Elétrico Nacional

Resolução do Conselho de Ministros n.º 3/2014 de 09 de janeiro

Presidência do Conselho de Ministros

Autoriza as entidades adjudicantes do Ministério da Solidariedade, Emprego e Segurança Social a assumir encargos orçamentais adicionais aos previstos na Resolução do Conselho de Ministros n.º 74/2012, de 4 de setembro, para a aquisição de eletricidade em regime de mercado livre

9. FINANÇAS

Lei n.º 83-C/2013 de 31 de dezembro

(Assembleia da República)



Orçamento do Estado para 2014

Resolução do Conselho de Ministros n.º 1/2014 de 06 de janeiro

(Presidência do Conselho de Ministros)

Autoriza a emissão de dívida pública, em execução do Orçamento do Estado para 2014, aprovado pela Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, e do Regime Geral da Emissão e Gestão da Dívida Pública, aprovado pela Lei n.º 7/98, de 3 de fevereiro

• **CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS**

Portaria n.º 376/2013 de 30 de dezembro

(Ministério das Finanças)

Procede à atualização dos coeficientes de desvalorização da moeda a aplicar aos bens e direitos alienados durante o ano de 2013

10. GOVERNO

Resolução do Conselho de Ministros n.º 101/2013 de 31 de dezembro

(Presidência do Conselho de Ministros)

Aprova o III Plano Nacional de Prevenção e Combate ao Tráfico de Seres Humanos 2014-2017

Resolução do Conselho de Ministros n.º 104/2013 de 31 de dezembro

(Presidência do Conselho de Ministros)

Aprova o Plano Nacional de Implementação de Uma Garantia Jovem

Despacho n.º 490/2014 de 10 de janeiro

(Ministérios das Finanças e dos Negócios Estrangeiros)

Constituição de Grupo de Trabalho que proceda à avaliação das implicações das medidas restritivas na ordem jurídica interna, à identificação de todos os instrumentos normativos, institucionais e operacionais, em vigor, referentes a tais medidas, à harmonização desses instrumentos e à definição das melhores práticas a seguir na execução das medidas restritivas e nos mecanismos de comunicação, e à elaboração das propostas de alterações legislativas, regulamentares e operacionais necessárias

11. IGUALDADE DE GÉNERO

Resolução do Conselho de Ministros n.º 102/2013 de 31 de dezembro

(Presidência do Conselho de Ministros)

Aprova o V Plano Nacional de Prevenção e Combate à Violência Doméstica e de Género 2014-2017



Resolução do Conselho de Ministros n.º 103/2013 de 31 de dezembro

(Presidência do Conselho de Ministros)

Aprova o V Plano Nacional para a Igualdade, Género, Cidadania e Não-discriminação 2014-2017

12. INCENTIVOS AO INVESTIMENTO

Decreto-Lei n.º 167-B/2013 de 31 de dezembro

(Ministério da Economia)

Procede à segunda alteração ao Decreto-Lei n.º 287/2007, de 17 de agosto, prorrogando o período previsto nos enquadramentos comunitários aplicáveis aos auxílios com finalidade regional, até 30 de junho de 2014

13. INDÚSTRIA

Decreto-Lei n.º 167-D/2013 de 31 de dezembro

(Ministério da Solidariedade, Emprego e Segurança Social)

Prorroga o prazo previsto no n.º 3 do artigo 59.º-A do Decreto-Lei n.º 307/2007, de 31 de agosto, para efeitos de adaptação das entidades do setor social que detenham farmácias abertas ao público aos requisitos exigidos às proprietárias das farmácias que se encontrem no mercado

14. PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

Decreto do Presidente da República n.º 126-H/2013 de 30 de dezembro

(Presidência da República)

Exonera, a seu pedido e sob proposta do Primeiro-Ministro, o Dr. Hélder Manuel Sebastião Rosalino do cargo de Secretário de Estado da Administração Pública, o Dr. Filipe Tiago de Melo Sobral Lobo d'Ávila do cargo de Secretário de Estado da Administração Interna e o Eng.º Fernando Ferreira Santo do cargo de Secretário de Estado da Administração Patrimonial e Equipamentos do Ministério da Justiça

Decreto do Presidente da República n.º 126-I/2013 de 30 de dezembro

(Presidência da República)

Nomeia, sob proposta do Primeiro-Ministro, o Dr. José Maria Teixeira Leite Martins Secretário de Estado da Administração Pública, o Dr. João Rodrigo Pinho de Almeida Secretário de Estado da Administração Interna e o Dr. António Manuel Coelho da Costa Moura Secretário de Estado da Justiça



15. REGIÕES AUTÓNOMAS

- **MADEIRA**

Decreto Legislativo Regional n.º 31-A/2013/M de 31 de dezembro

(Região Autónoma da Madeira)

Aprova o Orçamento da Região Autónoma da Madeira para 2014

Resolução da Assembleia Legislativa da Região Autónoma da Madeira n.º 1/2014/M de 08 de janeiro

(Região Autónoma da Madeira)

Aprova o Plano de Investimentos e Despesas de Desenvolvimento da Administração da Região Autónoma da Madeira para o ano de 2014

16. SAÚDE

Portaria n.º 377-A/2013 de 30 de dezembro

(Ministérios das Finanças e da Saúde)

Primeira alteração à Portaria n.º 301/2008, de 18 de abril que regula os critérios e condições para a atribuição de incentivos institucionais e financeiros às unidades de saúde familiar (USF) e aos profissionais que as integram, com fundamento em melhorias de produtividade, eficiência, efetividade e qualidade dos cuidados prestados

Decreto-Lei n.º 167-D/2013 de 31 de dezembro

(Ministério da Solidariedade, Emprego e Segurança Social)

Prorroga o prazo previsto no n.º 3 do artigo 59.º-A do Decreto-Lei n.º 307/2007, de 31 de agosto, para efeitos de adaptação das entidades do setor social que detenham farmácias abertas ao público aos requisitos exigidos às proprietárias das farmácias que se encontrem no mercado

Despacho n.º 56/2014 de 03 de janeiro

(Ministério da Saúde)

Altera o Anexo do Despacho n.º 10910/2009, de 22 de abril, publicado no Diário da República, 2.ª série, n.º 83, de 29 de abril de 2009, que definiu as condições de medicamentos para o tratamento da infertilidade, em especial os da procriação medicamente assistida

Despacho n.º 57/2014 de 03 de janeiro

(Ministério da Saúde)

Altera o Anexo do Despacho n.º 10279/2008, de 11 de março, publicado em Diário da República, 2.ª Série, n.º 69, de 8 de abril de 2008, que definiu as condições de dispensa e utilização de medicamentos opioides prescritos para o tratamento da dor oncológica moderada a forte



Despacho n.º 180-A/2014 de 06 de janeiro

(Ministério da Saúde)

Identifica como carenciados, nas respetivas áreas de especialização, os serviços e estabelecimentos de saúde, no âmbito da contratação de médicos que concluíram a respetiva formação médica especializada na 2.ª época de 2013

Despacho n.º 251/2014 de 07 de janeiro

(Ministério da Saúde)

Altera o Anexo do Despacho n.º 10 280/2008, de 11 de março, publicado no Diário da República, 2.ª série, n.º 69, de 8 de abril de 2008, que definiu as condições de dispensa e utilização de medicamentos opioides prescritos para o tratamento da dor crónica não oncológica moderada a forte

17. SEGURANÇA SOCIAL

Lei n.º 83-A/2013 de 30 de dezembro

(Assembleia da República)

Primeira alteração à Lei n.º 4/2007, de 16 de janeiro, que aprova as bases gerais do sistema de segurança social

Portaria n.º 378-B/2013 de 31 de dezembro

(Ministérios das Finanças e da Solidariedade, Emprego e Segurança Social)

Atualiza as pensões mínimas do regime geral da segurança social para o ano de 2014 e revoga a Portaria n.º 432-A/2012, de 31 de dezembro

Portaria n.º 378-C/2013 de 31 de dezembro

(Ministérios das Finanças e da Solidariedade, Emprego e Segurança Social)

Procede à atualização anual das pensões de acidentes de trabalho e revoga a Portaria n.º 338/2013, de 21 de novembro

Decreto-Lei n.º 167-E/2013 de 31 de dezembro

(Ministério da Solidariedade, Emprego e Segurança Social)

Altera o regime jurídico de proteção social nas eventualidades de invalidez e velhice do regime geral de segurança social

Portaria n.º 378-G/2013 de 31 de dezembro

(Ministério da Solidariedade, Emprego e Segurança Social)

Define o fator de sustentabilidade e idade normal de acesso à pensão de velhice para os anos de 2014 e 2015



Acórdão do Tribunal Constitucional n.º 862/2013. de 07 de janeiro

(Tribunal Constitucional)

Pronuncia-se pela inconstitucionalidade das alíneas a), b), c) e d) do n.º 1 do artigo 7.º do Decreto da Assembleia da República n.º 187/XII, que estabelece mecanismos de convergência de proteção social

Portaria n.º 4/2014 de 08 de janeiro

(Ministérios da Justiça e da Solidariedade, Emprego e Segurança Social)

Cria a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Borba

18. TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

- **SEGURANÇA RODOVIÁRIA**

Portaria n.º 378-A/2013 de 31 de dezembro

(Ministérios das Finanças e da Economia)

Estabelece o valor das tarifas devidas pela realização das inspeções técnicas periódicas de reinspeções, inspeções para atribuição de matrícula e inspeções extraordinárias de veículos a motor e seus reboques, bem como pela emissão da segunda via da ficha de inspeção e revoga a Portaria n.º 1036/2009, de 11 de setembro

Portaria n.º 378-E/2013 de 31 de dezembro

(Ministério da Economia)

Primeira alteração à Portaria n.º 221/2012, de 20 de julho que estabelece os requisitos técnicos a que devem obedecer os centros de inspeção técnica de veículos (CITV), no âmbito da Lei n.º 11/2011, de 26 de abril

- **COMUNICAÇÕES**

Portaria n.º 378-D/2013 de 31 de dezembro

(Ministério da Economia)

Quinta alteração à Portaria n.º 1473-B/2008, de 17 de dezembro, que aprova as taxas devidas pela emissão das declarações comprovativas dos direitos, pelo exercício da atividade de fornecedor de redes e serviços de comunicações eletrónicas, pela atribuição de direitos de utilização de frequências e de números, pela utilização do espectro radioelétrico e demais taxas devidas ao ICP-ANACOM